Criptoativos: do Payment Services Act ao Project Guardian

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Poucos temas puseram à prova a reputação da Monetary Authority of Singapore de forma tão severa quanto os criptoativos. Nos anos seguintes a 2017, a cidade atraiu exchanges, empresas de trading, emissores de tokens e fundos de investimento do mundo inteiro, atraídos por um regulador que havia prometido um quadro claro e por um centro financeiro que parecia acolher a inovação. Quando várias das mais conhecidas dessas empresas quebraram em 2022, algumas delas com sede em Singapura, as autoridades se viram acusadas ao mesmo tempo de terem sido acolhedoras demais e de serem lentas demais. Desde então, a história regulatória é de correção: a fronteira das atividades permitidas foi estreitada para os investidores de varejo e para as empresas que atendem apenas clientes estrangeiros, enquanto o Estado investiu pesadamente no uso institucional da mesma tecnologia.

Este capítulo acompanha essa história em cinco etapas. Começa com o Payment Services Act 2019, a lei que pela primeira vez submeteu a negociação e a troca de criptomoedas a licença, e com suas alterações posteriores. Em seguida, examina os colapsos de 2022 e as medidas que se seguiram, antes de passar ao regime dos prestadores de serviços de tokens digitais previsto no Financial Services and Markets Act 2022, que fechou a porta às empresas que usavam Singapura como base

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

para negócios realizados inteiramente no exterior. A quarta seção trata das stablecoins, desde o quadro anunciado em 2023 até a consulta legislativa de setembro de 2026. A quinta descreve o Project Guardian e o programa mais amplo de tokenização, no qual a Monetary Authority trabalha com bancos, gestoras de ativos e reguladores estrangeiros para transferir ativos convencionais para registros distribuídos. Uma seção sobre as consequências práticas e uma comparação com Genebra e Zurique encerram o capítulo.

O volume paralelo sobre Genebra dedica ao mesmo tema o primeiro capítulo de sua parte K. A Suíça optou por adaptar seu direito civil, comercial e falimentar ordinário à tecnologia de registro distribuído por meio de uma única lei, a Lei DLT de 2021, e tratou os tokens de acordo com sua função econômica.[1] Singapura seguiu outro caminho. Abordou o campo por meio da regulação financeira, licenciando as atividades uma a uma, e deixou as questões de propriedade e de insolvência a cargo de seus tribunais de common law. As duas abordagens produziram segurança jurídica, ainda que de tipos diferentes, e a comparação no fim deste capítulo pergunta qual delas serve melhor a um centro de gestão patrimonial.

O essencial

O Payment Services Act 2019, em vigor desde 28 de janeiro de 2020, submeteu a licença os serviços de digital payment tokens, ao lado de seis serviços de pagamento convencionais, tendo como primeira finalidade o controle da lavagem de dinheiro. Os colapsos de 2022, entre eles os de Terra e Luna, do hedge fund Three Arrows Capital, sediado em Singapura, e da exchange FTX, na qual a Temasek perdeu seu investimento, levaram a Monetary Authority a restringir o acesso do varejo e a exigir a segregação dos ativos dos clientes em trust, enquanto uma extensão da lei à custódia e à intermediação de transferências, promulgada em 2021, entrou em vigor em abril de 2024. Desde 30 de junho de 2025, a Parte 9 do Financial Services and Markets Act 2022 exige licença para as empresas de Singapura que atendem apenas clientes estrangeiros, e a Monetary Authority declarou que, em regra, não a concederá. Um quadro para stablecoins de moeda única foi anunciado em agosto de 2023, e alterações legislativas para lhe dar força de lei foram submetidas a consulta

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

em 1º de setembro de 2026. Paralelamente, o Project Guardian, lançado em 31 de maio de 2022, e a iniciativa de liquidação BLOOM fizeram de Singapura um dos principais laboratórios das finanças tokenizadas.

Notas

1. Ressos, *Genève, place financière internationale*, parte K, capítulo I, sobre a Federal Act of 25 September 2020 adapting federal law to developments in distributed ledger technology (DLT Act), em vigor em 1º de fevereiro de 2021 e em 1º de agosto de 2021, e as diretrizes da FINMA sobre tokens de fevereiro de 2018. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com